



Africa Criminal Justice Reform  
Organisation pour la Réforme de la Justice Pénale en Afrique  
Organização para a Reforma da Justiça Criminal em África



# Estudo da Legislação sobre a caução em Malawi, Moçambique e Burundi



Ms. Kristen Petersen



UNIVERSITY of the  
WESTERN CAPE



# Introdução

- **SOBRE O ESTUDO**

- Estudo foi conduzido em três países - Burundi, Malawi e Moçambique - representando francófonos, anglófonos e lusófonos
- A Investigação foi conduzida por investigadores dos próprios país com o objectivo de rever as leis sobre a caução e garantia e determinar impedimentos à libertação durante a prisão preventiva
- Também visava esclarecer o conceito de caução e determinar se existem mecanismos eficazes que possam ser replicados ou expandidos.



# Importância das disposições legislativas sobre a caução

Liberdade

Presunção de  
inocência

Direitos de  
julgamento justo

Prisão preventiva  
como último recurso

Liberdade de  
movimento



# Disposições importantes sobre a caução

**As disposições gerais sobre a caução** devem ser claras, concisas e equitativas; Limites definidos; formas de caução / os vínculos a serem usados devem ser claros justos e equitativos e para as quais existem processos claros

**As ofensas não caucionáveis violam a presunção de inocência**

**Informações sobre a caução e direito de requerer a caução** na primeira aparição no tribunal

**Condições** claras e justas **sobre caução / prisão**

**Os montantes fixados na caução** devem ser justos e equitativos e não devem exceder as capacidades económicas dos arguidos

**Revoga da caução** - deve haver condições claras, legítimas e diretrizes para retirar / revogar fiança

# Facetas importantes da caução

Um sistema de **caução com prescrições legislativas que evitem atrasos indevidos e prolongados na prisão preventiva**. Limites da prisão preventiva, prazos obrigatórios de início do julgamento

No caso acima, um mecanismo para revisar **automaticamente o prazo da prisão preventiva do arguido**

**A assistência jurídica** deve ser acessível e gratuita para pessoas especialmente indigentes

Um sistema de recurso que permita recorrer (a) a uma decisão de caução e (b) requerer uma caução enquanto se aguarda um recurso do caso

# Quadro Geral: Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Disposições Gerais	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Extensas disposições sobre caução - que são claras, concisas</li><li>▪ ónus da prova definida</li><li>▪ Formas de caução / fiança a ser usada - que geralmente são claras</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Disposições extensas sobre cauções estão faltando - vagas e requerem segunda suposição</li><li>▪ Sem processos claros para guiar os tribunais</li><li>▪ Nenhum ónus claro da prova</li></ul>

# Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Infracções não caucionáveis	<p>NÃO</p> <p>Lei das Directrizes de caução : "qualquer pessoa presa ou acusada de alegada prática de uma infracção tem o direito de ser libertada, com ou sem caução ... a menos que o tribunal determine que seja do interesse da justiça que ele seja colocado em prisão preventiva.</p>	<p>SIM</p> <p>O Código de Processo Penal do Burundi prevê três casos em que a caução não será concedida: a) pessoas processadas por crimes puníveis com mais de 20 anos de prisão; B) As pessoas que não devolveram o dinheiro ou outros bens obtidos através de uma infracção ou, na sua falta, o seu valor equivalente; E (c) pessoas acusadas de abuso sexual.</p>

# Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Direito de solicitar uma caução na Primeira aparição ao tribunal	SIM Em Malawi, a caução também pode ser prestada pela polícia	



# Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Condições estabelecidas para a liberdade condicional:	<p>Os respectivos países contêm condições semelhantes para libertação sob caução. Algumas das condições estabelecidas incluem: proibir o arguido de deixar uma determinada jurisdição ou raio (sem a permissão da autoridade designada); Comunicação e contacto limitados ou interferência com testemunhas ou cenas de crime; Não cometer qualquer crime durante a libertação; E relatórios regulares a uma autoridade designada.</p> <p>Em todos os sistemas, o objectivo das condições estabelecidas é garantir a presença do arguido no tribunal, proteger a ordem pública e impedir que o arguido interfira com as testemunhas, vítimas e provas.</p>	

# Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Revoga da caução	É aceite nos três países que a caução possa ser revogada se o arguido não cumpriu as suas condições  No Malawi, é prática aceite que uma violação das condições da caução possa resultar na revogação da caução, embora esta seja geralmente reservada para a falta de comparecimento ao tribunal ou na tentativa de fuga	

# Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Recurso		
Recurso de uma decisão sobre caução e o fundamento do recurso:	Sim - se as circunstâncias do arguido mudaram suficientemente para justificar a concessão de caução	<u>Sim – os motivos são pouco claros, no entanto, o Burundi exige prazos rigorosos dentro dos quais um recurso pode ser solicitado</u>
Aplicação da caução dependendo da apelação do caso	Sim - as pessoas podem solicitar a caução enquanto aguardam a decisão do tribunal de recurso.	<u>O sistema de caução do Burundi não prevê disposições claras a este respeito.</u>

# Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Prazos de de custódia da prisão preventiva	<p>SIM</p> <p>30 dias = acusado de um delito que pode ser julgado em um Tribunal Baixo / Superior</p> <p>60 dias = Seção 161 F: infracção julgável no Tribunal Supremo é submetido ao Tribunal Supremo para julgamento = 60 dias.</p> <p>90 dias = uma pessoa acusada de traição, genocídio, assassinato, estupro, conspiração e roubo: 90 dias.</p>	<p>SIM</p> <p>Um acusado não pode ser mantido em prisão preventiva por mais de um ano se o crime alegado for punido com menos de cinco anos de prisão e a prisão preventiva não pode exceder três anos quando a sanção do alegado crime exceder cinco anos de prisão.</p>

# Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Mecanismo de revisão automática para PP	Em Malawi, quando o período legal de prisão preventiva caducou, o Estado tem a oportunidade de solicitar uma prorrogação <u>e somente no caso em que uma prorrogação não é solicitada o tribunal pode liberar o acusado.</u>	Em Burundi, pode-se argumentar que, na prática, a revisão permitida pelo Código de Processo Penal não é automática, uma vez que exige que o procurador (ou o acusado, caso o procurador não cumpra a sua obrigação) traga o acusado até ao Juiz para que se faça revisão da detenção.
Ambos têm mecanismos no local, mas há falhas em ambos os sistemas.		

# Malawi and Burundi

	Malawi	Burundi
Período obrigatório para o início do julgamento	Seção 261 do CPEC, onde para as ofensas julgadas por tribunais subordinados e puníveis com pena de não mais de três anos de prisão, o julgamento deve começar dentro de 12 meses a partir da data que a queixa surgiu e deve ser concluída no prazo de 12 meses a contar a partir da data do início do julgamento. O mesmo se aplica a infracções semelhantes julgadas pelo Tribunal Supremo, conforme previsto na secção 302A do CPEC. Quando as duas disposições não forem cumpridas, o acusado deve ser libertado da infracção em que acusado.	Nada

# Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Assistência Jurídica	<p>SIM</p> <p>Lei de Apoio Judiciário de 2010: principais critérios de legibilidade (a) que o indivíduo tem meios insuficientes para obter um advogado particular; E (b) seria do interesse da justiça que o advogado representasse o acusado.</p> <p>LAB - restrições financeiras e de capacidade</p>	<p>Não existe um sistema formal de assistência jurídica no Burundi.</p> <p>Os acusados têm de obter a sua própria representação legal e alguns podem receber assistência jurídica de algumas organizações não governamentais empenhadas no trabalho em matéria de direitos humanos.</p> <p>Tais organizações têm critérios próprios para a concessão de assistência jurídica.</p>

# Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Valores da caução	<p>As decisões sobre o montante da caução excedem as capacidades económicas dos acusados. Isso resulta em arguidos detidos em instalações por longos períodos de tempo porque eles são incapazes de pagar a caução</p> <p>No Burundi, há uma tendência para fixar os montantes, tendo em conta o delito pelo qual o réu é acusado. Isso é injusto, pois impacta o direito do acusado a ser presumido inocente até que se prove que é culpado.</p>	



# Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Corrupção na decisão sobre a caução	Não foi possível determinar. Seria necessária uma avaliação mais aprofundada para investigar este quesito.	



# Conclusão

- A legislação relativa à libertação provisória com caução é importante, na medida em que dá efeito à noção de presunção de inocência incorporada no direito internacional dos direitos humanos.
- Uma legislação inadequada impede os acusados de realizar este direito fundamental e fornece orientações inadequadas aos funcionários judiciais que podem usar o seu livre arbítrio para tomar decisões incorrectamente.
- As facetas louváveis & inadequadas sobre os sistemas legislativos de fiança: breves observações finais sobre Malawi (anglófono) e Burundi (francófono)



Obrigado

